

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA INFANTOJUVENIL
NO PROCESSO DE ENSINO–APRENDIZAGEM
SOB A ÓTICA DOS DOCENTES**

Tatiane Almeida de Souza (UENF)

tatianealmeidauenf@gmail.com

Luciana dos Santos Jorge Pessanha (ISEPAM)

lukupessanha@outlook.com

Luciana da Silva Almeida (UENF)

lucy.salmeida@gmail.com

Rysian Lohse Monteiro (UENF)

rysianmonteiro@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

Impulsionar e reconhecer a importância da literatura na formação do aluno leitor é a proposta do presente trabalho. Desta forma, a literatura infantil é um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa. O estudo apresenta a historicidade da literatura infantojuvenil, suas contribuições e conceitos, bem como seu impacto na formação do aluno. Nesse sentido, tem por objetivo analisar e apresentar o olhar do professor com relação à importância da literatura infantojuvenil no processo de ensino–aprendizagem. Apresenta as múltiplas percepções que o docente, ao longo do processo educativo, acerca da literatura infantojuvenil e o quanto elas estão presentes nas práticas educacionais que forma este recurso é utilizado por tais profissionais. A pesquisa tem como metodologia a entrevista semiestructural, direcionada aos docentes, além da análise de estudos bibliográficos acerca do tema, visto que pauta-se em apresentar e analisar a ótica docente a respeito da importância da literatura infantojuvenil. Sendo assim, investiga-se as contribuições dessa prática no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem da linguagem e escrita na formação do leitor, mediada pelo professor. Diante disso, o papel do professor é relevante ao que se refere à formação do sujeito leitor, para além da reprodução, rumo à reflexão e criticidade da realidade vivenciada pelo aluno. Portanto, a literatura infantojuvenil, enquanto ferramenta de atuação do docente mediador, garante a formação de opinião, a qual conduz o indivíduo para conviver ativamente em sociedade.

Palavras-chave:

Aluno-leitor. Formação Docente. Literatura infantojuvenil.

ABSTRACT

Boosting and recognizing the importance of literature in the education of the student reader is the purpose of this paper. Thus, children's literature is a way that leads the child to develop imagination, emotions and feelings in a pleasant and meaning-

ful way. The study presents the historicity of children's literature, its contributions and concepts, as well as its impact on student education. In this sense, its objective is to analyze and present the teacher's view regarding the importance of children's literature in the teaching-learning process. It presents the multiple perceptions that the teacher, throughout the educational process, about the children's literature and how they are present in the educational practices that form this resource is used by such professionals. The research has an explanatory nature, using semi-structural interview, directed to teachers, besides the analysis of bibliographical studies on the subject, since it is based on presenting and analyzing the teaching perspective on the importance of children's literature. Thus, it is investigated the contributions of this practice in the development of the teaching and learning of language and writing in the formation of the reader, mediated by the teacher. Given this, the role of the teacher is relevant to what refers to the formation of the reader subject, beyond reproduction, towards reflection and criticality of the reality experienced by the student. Therefore, the children's literature, as a tool of action of the mediator teacher, ensures the formation of opinion, which leads the individual to live actively in society.

Keywords:

Student reader. Teacher training. Children's literature.

1. Introdução

Nas últimas décadas, observa-se um grande avanço na construção de nossos modelos e/ou paradigmas educacionais que possam contribuir com a aprendizagem, enfatizando o diálogo, a discursão, a comunicação, respeitando o conhecimento do aluno e sua capacidade de produzir sentidos e significados, através da literatura. Ao estimular e promover a literatura e sua relação com a escola, possibilitamos o desenvolvimento de varias competências e habilidades, dentre elas: a criatividade, a afetividade, o aprendizado constante, a formação da identidade. O que nos leva a reflexão sobre como a escola pode desenvolver o processo de formação do sujeito-leitor?

A sociedade passa constantemente por diversas transformações, estas que refletiram diretamente nas escolas, sendo preciso repensar sobre o papel da literatura no processo de ensino. Para o desenvolvimento do processo de formação do sujeito-leitor as experiências do aluno com a literatura rompem os limites de resultados satisfatórios no processo de leitura e decodificação, a literatura proporciona um grande diálogo, no qual o aluno acessa seus conhecimentos prévios, conhecimento de mundo, procede à indução, produzir sentidos e significados.

A emancipação do aluno por meio da literatura só é viabilizada porque uma das funções que podem ser atribuída a literatura, por intermédio do imaginário, é justamente reproduzir a realidade vivenciada pelo

leitor no seu cotidiano, onde o papel da escola, neste contexto, é de através da interdisciplinaridade apresentar e se necessário interferir de maneira direta e indireta na realidade vivenciada no cotidiano e no reconhecimento da identidade cultural e social, existente em nossa sociedade. Portanto, o desafio da escola está pautado em buscar soluções para os problemas e impasses sociais, valorizando a literatura como forte ferramenta na formação e desenvolvimento reflexivo do aluno.

Desta forma, a presente pesquisa tem por objetivo identificar a concepção dos docentes acerca da importância da literatura infantojuvenil no processo de ensino aprendizagem. Para tanto, foram entrevistados 10 professores atuantes no Ensino Fundamental I, de escolas da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes-RJ. Desta maneira, defendemos que o imaginário da literatura quando bem utilizada poderá contribuir para que se possa incorporar a importância da identidade, das questões sociais e culturais desafiando a nossa sociedade a criar estratégias que favoreçam justas formas de convivência com o “dito” diferente.

Sendo assim, algumas perguntas norteiam o presente estudo, como: Que obras literárias são adotadas nas escolas visitadas? Como a literatura infantojuvenil adotada em nossas escolas tem contribuído na formação de um indivíduo crítico e reflexivo? De que maneira é possível que a literatura infantojuvenil possa ser considerada uma ferramenta relevante no processo de ensino aprendizagem no Ensino Fundamental I?

Para conseguirmos alcançar os objetivos propostos neste trabalho, dividimos as ações em etapas. Na primeira, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da temática e da formação docente. Dessa forma, nos baseamos em autores percussores sobre as questões, como Batista (2003), Choppin (2005), Lajolo (1996), Rojo (2007), Tardif (2004), entre outros. Na segunda etapa, visitamos as escolas públicas municipais e contatamos os professores para participarem desta pesquisa. Desse modo, a amostra para essa análise abrangeu um total de 10 professores, que forneceram informações através da realização do questionário.

Dando continuidade, na terceira etapa elaboramos e aplicamos um questionário aos 10 professores que se prontificaram. O questionário foi organizado de forma a abordar os seguintes aspectos: primeiro para obter dados profissionais com a finalidade de esquematizar o perfil profissional em termos de formação acadêmica e atuação profissional e, segundo, para compreender a concepção que os mesmos obtêm acerca da importância da leitura infantojuvenil no processo de ensino aprendizagem, qual a fre-

quência que o utiliza em sala de aula e de que forma. Por fim, fizemos a análise de dados acerca das informações obtidas.

2. A Literatura Infantojuvenil na Educação Básica

Durante o desenvolvimento da Educação Básica, as narrativas literárias agregam aos alunos conhecimentos em vários gêneros literários como poemas, contos, fábulas ainda com limitações assumindo muito das vezes unicamente um caráter informativo. Ainda é desafiador o ensino da Literatura no ambiente escolar, visto que a carência é marcante na falta de aprimoramento e incentivo às práticas de leitura. A literatura pode aproximar o aluno ao hábito de vivenciar a leitura em seu processo de aprendizagem além de construir visões diversificadas das questões socio-culturais, ética e cidadania que são direitos de todos. Sendo assim, Steinle (2015), quanto a leitura enquanto hábito:

[...] ler é uma atividade que pode vir se tornar um hábito, mas, para isso acontecer, o aluno precisa ser orientado pelo professor, pois é este que pode indicar-lhe caminhos mais fáceis para a compreensão dos textos, o que permitirá que eles se tornem acessíveis e fonte de conhecimento e transformação. Para tanto o professor precisa saber que a literatura de um texto escrito exige extrair dele a informação necessária para sua adequada compreensão, com base em uma série de propósitos e necessidades interpretativas. (STEINLE, 2015, p. 89)

Os textos literários buscam, quando bem trabalhados, viabilizar a leitura de mundo e das diferentes culturas que compõem a nossa sociedade. Assim, as narrativas literárias desperta no sujeito leitor a busca de sua autonomia e de identidade social e cultural. Embora esse contato com as obras literárias estejam cada vez mais distantes das salas de aula, é importante que as escolhas dos livros literários não sejam aleatórias e sim que possam ser voltadas para atender as diferentes necessidades do cotidiano do aluno.

O enfoque literário mudou ao passar dos anos, origina-se inicialmente como uma reprodução do mundo adulto e coibição da reflexão do aluno. Na atualidade, a perspectiva com relação a este enfoque literário forja seus alicerces em uma reflexão sobre a realidade e o desenvolvimento do espírito crítico e criativo do aluno. Diante disso, Steinle (2015, p. 90), afirma que “a literatura infantojuvenil, como se pode perceber, está muito relacionada aos valores que os adultos querem incutir nas crianças, mas suscetíveis às verdades absolutas do mundo adulto, especialmente nessa época, meados do século XX.” A pesquisadora ainda enfatiz-

za que “embora os olhares possam ser antagônicos, os diferentes livros, tem a função, mais do que apenas contar uma história, de incluir tais valores, tais perspectivas de vida nos jovens leitores”. Assim, Santos (2017), ressalta que ao pensar em “leitura na escola, e, principalmente a leitura literária, logo vem a mente projetos de incentivo com rodas de leitura, inúmeros livros infantojuvenis ou clássicos de literatura, e como forma de controle, fichamentos, resumos, releituras ou encenações” (p. 20). Ainda em conformidade com Santos (2017, p. 21), “todas essas atividades podem ser pertinentes, desde que a escola tenha seu projeto político a leitura enquanto prática social; do contrário, elas servirão apenas como meio de para se chegar a alguma nota bimestral”. A Literatura enriquece a aula deixando-a mais interessante e atraente, pois é neste momento que o leitor interpreta o que vê, através de seus conhecimentos teóricos. As imagens nos livros literários é um fator marcante e que nos permite instrumentalizar o aluno para que descubra o mundo das imagens. Portanto, não cabe ao professor limitar tal ferramenta de criticidade e compreensão social.

Nesta concepção, a família, a escola e o professor terão um importante papel no desenvolvimento sócio, político e cultural do indivíduo. O primeiro procedimento eficaz para que o aluno tenha interesse na Literatura é procurar colocar o aluno em contato com os livros, despertando seu interesse pelos mesmos fornecendo livros simples e ilustrados, dando oportunidade para a própria criança folheá-los, numa linguagem de fácil compreensão. Considera-se que a metodologia de trabalho, onde é dada ao aluno a oportunidade de conhecer materiais diversos, torna o ato de ler uma experiência gratificante, cheia de emoções e não uma rotineira tarefa escolar.

Assim sendo, formar um sujeito leitor é fator essencial nas práticas educacionais. A compreensão do que se lê correlacionando com outros textos lidos anteriormente, pode possibilitar ao aluno um argumento comparativo com relação às diversidades socioculturais tão marcantes em nossa sociedade, além de vivenciar, através do imaginário, ações e atos que permeiam a ambiguidade nas indagações acerca da identidade e reconhecimento de valores excludentes contidos em nossas literaturas.

A literatura é uma “produção do ser humano, portanto sofre as interpretações externas e internas do meio a qual vivemos, além de manter suas particularidades ao longo da história”. Para Cuti (2010), a literatura é e continua sendo um agente significativo de convencimento, e enriquecimento do imaginário (p. 7).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), com relação às séries iniciais atribuídas ao Ensino Fundamental I, os alunos buscam nesta etapa “[...] novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos” (p. 57). Desta forma,

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. (BRASIL, 2017, p. 58)

O estímulo da curiosidade do aluno o conduz para a criticidade e criatividade, sendo capaz de contribuir de forma ativa no desenvolvimento do seu processo educacional, incentivado a refletir sobre o mundo, o qual está inserido, e toda a relação social, cultural, tecnológica, presente neste contexto. Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) é importante ressaltar que

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. De modo geral, os textos são produzidos, lidos e ouvidos em razão de finalidades desse tipo. Sem negar a importância das exigências práticas da vida diária, são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (BRASIL, 1997, p. 57)

A cidadania, obrigatoriamente, deve criar condições para a evolução do aluno no desenvolvimento da linguagem de maneira aceitável correlacionado as dificuldades pessoais. Assim, a literatura, através de suas narrativas, contribui para o exercício de modelos de pensamentos gerados a partir da criatividade e criticidade, com participação ativa e consciente numa sociedade. Desta forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) pontuam que

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. Postos de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias. (BRASIL, 1997)

Leitores capazes de produzir e não somente reproduzir um contexto sociocultural é o que nos motiva ao trabalharmos com a temática. A literatura não deve ser limitada, precisa caminhar rumo as suas contribuições e utilizar sua influência com relação ao leitor para que relacione as narrativas ao seu cotidiano. Que a cidadania não seja meramente uma palavra conceituada por livros e professores, que os alunos, a partir do envolvimento com o mundo literário, possam conceituar “cidadania” pela sua própria ótica, fundamentado em direitos e deveres que governam nossa sociedade. Diante disso, a Constituição Brasileira (1988) relata o seguinte,

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, é necessário olhar para a literatura infantojuvenil como um método facilitador no processo de ensino aprendizagem no primeiro segmento do Ensino Fundamental, a fim de preparar o aluno para desafios existente na atualidade, sobre as questões socioculturais. “Emerge um sujeito coletivo mais desenraizado, [...] ainda, em razão de viver em uma época em que se buscam múltiplos referenciais identitários” (BRASIL, 2017, p. 405).

De acordo com Albuquerque (2013) o educando é “competente em exercer a construção de sua aprendizagem, mobilizando-a para transformar a si próprio, construindo sua alteridade e compreendendo sua identidade. Assim, a aprendizagem transformadora possibilita que o aluno aprenda a ser, a viver, a conviver e compartilhar” (p. 9).

Portanto, a partir dessa integração com a realidade vivida no cotidiano, a literatura acaba possibilitando uma base para a vida social, não havendo espaço para segregações e exclusões e sim, para a construção da noção de cidadania, viver em sociedade, construir e associar conceitos e

conhecimentos, assegurando aos alunos uma boa educação comprometida com a valorização da autonomia, criatividade e criticidade.

3. Breve histórico da Formação de Professores

Comenius, no século XVII, recomendava a necessidade da formação docente. Dessa forma, o primeiro estabelecimento de ensino com propósito de formar professores teria sido fundado por São João Batista de La Salle em Reims, em 1684, cujo nome era Seminário dos Mestres (DUARTE, 1986, p. 65-6). Porém, a criação de Escolas Normais como estabelecimentos incumbidos para formar professores foi mediante a necessidade de uma resposta formal, no século XIX, quanto ao problema da instrução popular (SAVIANI, 2009).

Sendo assim, a primeira Escola Normal foi instalada em Paris em 1795. Desde então, essa escola formava apenas professores para o ensino primário, pois a Escola Normal Superior formava professores para o ensino secundário. Ao longo do século XIX, vários países – Inglaterra, Itália, Estados Unidos – também implantaram suas Escolas Normais.

No Brasil, o questionamento acerca do preparo dos professores apenas teve início após a independência, quando começa a se conjecturar uma organização para a educação popular. Dessa forma, de acordo com Saviani (2009), vários períodos marcaram a trajetória da formação de professores no Brasil. O primeiro período é marcado pelos Ensaios Intermitentes de Formação de Professores de 1827 a 1890.

Em 15 de outubro de 1827 é proclamada a Lei das Escolas de Primeiras Letras, visando à formação de professores. No entanto, apenas em 1835 é inaugurada em Niterói, na Província do Rio de Janeiro, a primeira Escola Normal Brasileira, assim como várias províncias, no decorrer do século XIX. O funcionamento da escola se dava de forma intermitente, ou seja, abriam e fechavam constantemente.

Dando continuidade, o segundo período é o “Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890–1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo à escola-modelo” (SAVIANI, 2009, p. 144). Em 1890, ocorreu a Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, com o objetivo de ampliar e melhorar os conteúdos curriculares e dar destaque aos aprendizados práticos de ensino. Diante disso, é criada a escola modelo como um anexo da Escola Normal. Ainda de acordo com Saviani (2009), o autor relata que “os

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

reformadores estavam assumindo o entendimento de que, sem assegurar de forma deliberada e sistemática por meio da organização curricular a preparação pedagógico-didática, não se estaria, em sentido próprio, formando professores” (p.145). Assim, a reforma se tornou modelo no Brasil e vários professores eram remetidos à Escola para estagiarem.

Contudo, esse modelo não foi muito adiante e uma nova etapa se inicia com o surgimento dos institutos de educação com a finalidade de trazer a pesquisa para o âmbito educacional. Nesse ínterim, Anísio Teixeira, em 1932, inaugura o Instituto de Educação do Distrito Federal sob a direção de Lourenço Filho. Para Anísio, as Escolas Normais “pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos” (VIDAL, 2001, p. 79-80).

Dessa forma, altera a Escola Normal para Escola de Professores, compreendendo em seu currículo disciplinas, como “1) biologia educacional; 2) sociologia educacional; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino”, considerando “a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação” (SAVIANI, 2009, p. 145-6). No ano seguinte, 1933, Fernando de Azevedo funda o Instituto de Educação de São Paulo, baseado nos mesmos princípios de Anísio Teixeira, sendo este o terceiro período da caminhada da formação de professores no Brasil.

Prosseguindo, o quarto momento é o da Organização e fundação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e concretização do modelo das Escolas Normais entre 1939 a 1971. Os Institutos de Anísio Teixeira e de Fernando Azevedo alcançaram o nível superior e se tornaram modelos para os cursos superiores em educação. O Instituto de Educação de São Paulo foi integrado, em 1934, à Universidade de São Paulo e o Instituto de Educação do Distrito federal foi associado, em 1935, à Universidade do Distrito Federal.

Em 1939, foi reconhecido, na Universidade do Brasil, o curso de Pedagogia pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril. De acordo com Baumann (2009), o curso tinha a finalidade de formar professores para atuarem nos Institutos de Educação, no Ensino Secundário e na formação do bacharel para atuar como Técnico em Educação. Os cursos de licenciatura e Pedagogia seguia a metodologia “3+1”, sendo três anos apenas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

para cursar as disciplinas específicas e um ano para formação didática.

No penúltimo e quinto momento da formação de professores, as Escolas Normais acabam desaparecendo após a lei nº 5.692/71 modificar as nomenclaturas de ensinos primário e médio para primeiro e segundo grau. Sendo assim, no lugar das Escolas Normais foi

[...] instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante. (SAVIANI, 2009, p. 148)

No entanto, a partir da década de 80, grande era o clamor pela reestruturação dos cursos de Pedagogia e licenciatura, incorporando, assim, o princípio da “docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação” (SILVA, 2003, p. 68 e 79). Desta forma, grande parte das instituições atribuiu o curso de Pedagogia a formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino de 1º grau (ensino fundamental).

O último momento da formação de professores no Brasil é marcado pelo Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia, entre 1996 a 2006. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, estabeleceu que para atuar no Ensino Fundamental fosse necessário à formação superior. A nomenclatura magistério foi substituída por Curso Normal em nível médio, criando, assim, Institutos superiores de Educação com a finalidade de ofertar o curso Superior Normal. Saviani (2009) relata que a constatação de todo esse processo é

[...] que, ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. (SAVIANI, 2009, p. 148)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Gatti (2010), diante as várias modificações nas diretrizes ao longo dos anos, a formação pedagógica foi deixada de lado, pois permaneceu o conceito histórico de uma formação voltada para área disciplinar específica, ocasionando na fragmentação dos saberes.

Contudo, após o esboço da trajetória da formação de professores no Brasil, pode-se perceber que as políticas formativas não foram incisivas, nem ao menos suficientes para construir uma verdadeira concepção de professores com capacidade para encarar e resolver os problemas da nossa educação. Pois, O professor deverá atuar como mediador do processo de ensino e aprendizado, valorizando o imaginário literário não só das que estão contidas nos livros, quanto as que estão presentes nas mentes dos alunos.

4. Análise de dados e discussão dos resultados

A amostra utilizada nesta pesquisa foi constituída por um grupo de 10 professores atuantes nos anos iniciais do ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) de escolas públicas municipais da cidade de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro. A opção pelos professores dos anos iniciais se deu pelo fato de os mesmos serem o único professor para todas as disciplinas ofertadas do 1º ao 5º Ano e por pensarmos, hipoteticamente, que os mesmos devem utilizar muita teoria, como textos, para aplicar seus conteúdos e, dessa forma, supomos que a recorrência aos livros de literatura seja recorrente. Desta forma, esboçamos um perfil dos professores participantes desta pesquisa. Para tanto, montamos um quadro para o melhor entendimento e visualização das características dos mesmos.

Tabela 1: Perfil dos docentes entrevistados.

Faixa etária	Total de docentes	Tempo de atuação	Total de docentes
20 a 29 anos	3	Menos de 5 anos	01
30 a 39 anos	5	5 a 09 anos	04
40 a 49 anos	1	10 a 14 anos	02
Acima de 50 anos	1	15 a 19 anos	02
		Acima de 20 anos	01
Nível de Especialização			
Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
6	4	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observa-se, no quadro acima, que a maioria possui curso de graduação, porém apenas quatro professores não possuem curso de pós-

graduação. Esses dados se tornam importante olhando pela ótica de que alguns possuem uma formação complementar, além da formação obrigatória para atuar no segmento investigado.

Sendo assim, Almeida Filho (2002) ressalta que o tempo de experiência de cada participante e a formação também são fatores que influenciam diretamente na utilização de recursos didáticos, pois revelam a abordagem de cada professor e o seu estilo de atuação em sala de aula, que são características individuais e determinantes na prática docente. Acerca da entrevista, três perguntas nortearam nossa pesquisa, sendo elas:

1) Você trabalha com obras literárias em sua sala de aula? Com qual frequência?

2) Você acredita que a leitura infantojuvenil ajuda no processo de ensino aprendizagem?

3) Como a literatura infantojuvenil adotada em nossas escolas tem contribuído na formação de um indivíduo crítico e reflexivo?

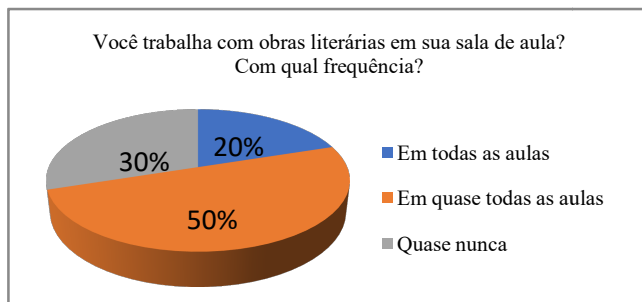
Sendo assim, analisamos o questionário a partir do conceito e da metodologia de coleta de dados propostas por Kaurark, Manhães e Medeiros (2010), pois

[...] o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado. (...) Todo questionário deve passar por um pré-teste, num universo reduzido, para que possam corrigir eventuais erros de formulação. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 58)

Desta forma, para uma melhor compreensão das análises dos dados coletados e seus resultados, apresentamos de forma contextualizada nas subseções a seguir.

4.1. *Você trabalha com obras literárias em sua sala de aula? Com qual frequência?*

Gráfico 01: utilização de leituras infantojuvenis.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fazendo a leitura do gráfico acima, nota-se que 20% dos professores utilizam leituras em todas as suas aulas, enquanto 50% relatam que o utiliza em quase todas as aulas. Esses dados colaboram para assegurar Garcia (2007 *apud* TALAMINI, 2009, p. 90) destaca que “conhecer as relações que os professores estabelecem com esses artefatos pode ser um caminho interessante para ampliar a compreensão sobre a própria natureza do trabalho docente”.

Ainda diante deste assunto, Travaglia (2006, p. 18) destaca que “é necessário propiciar o contato com a maior diversidade possível de situações de interação comunicativa”, pois assim, o aluno ampliará seus conhecimentos. Essa preocupação com a diversidade, revelada pelos professores, aponta para sua valorização enquanto educadores comprometidos com o processo ensino–aprendizagem.

Diante disso, para melhor exemplificar, esboçaremos algumas respostas dos docentes no quadro abaixo.

“Em relação a minha prática, procuro selecionar o conteúdo contido no livro didático e associar com as leituras de livros infantis para uma melhor compreensão do conteúdo. Acredito que essas leituras possam promover reflexões mais aprofundadas sobre os tópicos”. (Professor 2)

“Acho as leituras complementares muito importantes para dar sequência aos conteúdos. O grande problema é que os professores não tem tempo ou não sabem preparar suas aulas de forma mais dinâmica e prazerosa para os alunos e acabam caindo no tradicional”. (Professor 7)

“Não sei ao exato como têm contribuído porque quase não utilizamos deste instrumento. As aulas são muito corridas por conta do grande número de alunos. Não tenho tempo para leituras além do planejamento”. (Professor 8)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Nota-se, no quadro 1, que independentemente de usarem ou não a literatura com frequência em sua prática pedagógica, os professores demonstram acreditar que o mesmo é benéfico para o processo de ensino aprendizagem. Para o professor 2, o LD não é um instrumento didático completo, pois o mesmo precisa de complementação por abreviar determinados conteúdos importantes e por não conseguir promover reflexões mais aprofundadas nos alunos.

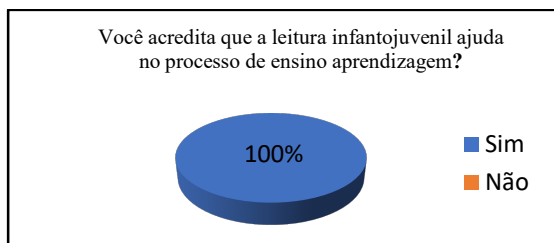
Na segunda resposta do quadro 1, os professores 7 e 8 relatam que a falta de tempo não permite que os professores elaborem ou utilizem leituras infantojuvenil. Desta forma, Soares (2002) aponta as dificuldades vivenciadas pelo professor quanto à utilização do livro didático:

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, frequentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência é que ele se apoia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino. (SOARES, 2002, p. 2)

4.2. Você acredita que a leitura infantojuvenil ajuda no processo de ensino aprendizagem?

A presente pergunta tem por finalidade analisar a percepção dos professores acerca da importância da leitura infantojuvenil. Sendo assim, ao serem perguntados se consideram a literatura um importante recurso para o processo de ensino aprendizagem, 100% respondeu que sim, como podemos visualizar no gráfico 01 abaixo, porém, o motivo dessa importância é bem divergente entre eles.

Gráfico 02: Importância leitura infantojuvenil.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.3. Como a literatura infantojuvenil adotada em nossas escolas têm contribuído na formação de um indivíduo crítico e reflexivo?

Quadro 02: Respostas dos docentes.

“Sim. Porque acredito que mostrando outro universo de descobertas estaremos assim incentivando nossos alunos para uma boa aprendizagem e descobrindo o mundo” (Professor 1).

“Ao procurar outros materiais didáticos para ampliar as discussões em torno do tópico em estudo, estamos ampliando a imaginação dos alunos. Por isso, acredito que seja sim uma ferramenta muito relevante para a aquisição de conhecimentos” (Professor 3).

“Sim, pois considero importante trabalhar com diversidade de materiais para motivar os alunos e apresentar a eles novas propostas de aprendizagem” (Professor 5).

“É necessário sim buscar por textos mais atualizados e dinâmicos para trabalhar com os alunos. Como também, a interpretação de texto, atividades, etc. Assim eles se identificam e constroem sua percepção de mundo” (Professor 10).

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante ao exposto, sabe-se que o trabalho do docente com a leitura e produção de textos é uma atividade árdua, especialmente porque os alunos, hoje, estão mais voltados para aspectos visuais e simbólicos do que propriamente para o texto escrito. Deste modo, entendemos que o professor deve adotar a postura de mediador diante desse processo, mas, para tanto, é necessário que durante todo o processo ensino-aprendizagem, trabalhe com mecanismos que agucem a curiosidade do alunado, utilize a diversidade textual e, sobretudo, saiba interagir com os alunos, pois, quanto mais diversificada, criativa e interativa for à aula, melhor condição terá o aluno na relação com a leitura e na interpretação crítica dos textos.

Sendo assim, Soares (2002) aponta que “é preciso preparar o aluno para as habilidades de leitura e de diversos tipos, diversos gêneros de textos”. Para tanto, pode-se utilizar suportes diversificados, como “textos de jornal, textos da revista, a publicidade, a *charge*, etc.” (p. 4).

5. Considerações finais

Por meio de todas as abordagens realizadas nesta pesquisa, percebemos que a literatura infantojuvenil ainda não é utilizada como um material mais estimado pelos docentes na sala de aula. Evidenciamos esse fato nas respostas obtidas do questionário aplicado. Desta forma, essa prática dificulta exercer um ensino reflexivo e significativo, afetando o papel do professor.

É necessário que a escola utilize o máximo de estratégias possíveis para tornar seus alunos bons leitores, pois é através da leitura que o educando aprimora seus conhecimentos. No processo de ensino aprendizagem, o lúdico tem fundamental importância na associação de conteúdos, pois a imaginação aguça a criatividade. Com tantos benefícios, a literatura infantil tem que ter seu espaço no Ensino Fundamental.

Assim sendo, conseguimos captar a percepção dos professores quanto à importância da literatura infantil no processo educativo. A literatura não é apenas um recurso pedagógico a ser usada para despertar o gosto pela leitura, sua dimensão é muito mais ampla. Através deste instrumento, o educado se diverte, sonha e reflete, pois a literatura auxilia na preparação do ser-cidadão, dando-lhe uma maior visão do mundo que existe em sua volta, proporcionando-lhe melhores ensinamentos éticos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Portanto, se o docente confiar que além de informar, ensinar ou formar, o livro pode proporcionar prazer, acabará buscando formas de apresentar isso à criança. Pois, tudo está em ter a oportunidade de conhecer a grande magia que a literatura proporciona. Enfim, a literatura infantil é um extenso campo de estudos que demanda do educador ciência para saber adequar os livros às crianças, acendendo um momento propício de encanto e estimulação para a leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rosângela N. Multiculturalismo e o diálogo na Educação. In: *Multiculturalismo*, p. 5-10. Recife, Construir Notícias. Ano 12, maio / junho; 2013.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. São Paulo: Pontes, 2002.

BAUMANN, A. P. P. *Características da Formação de Professores de Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com foco nos cursos de Pedagogia e Matemática*. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010 (coleção consciência em debate /coordenada por Vera Lucia Benedito)

DUARTE, Sérgio Guerra. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. In: *Educ. Soc.*, Campinas, V. 31, n. 113, p. 1355-79, out-dez 2010.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

SANTOS, Adeilma Machado dos. A literatura negro brasileira como propiciadora de uma educação para as relações étnicas raciais: uma fenda no cânone. 2017. 112 p II color. UEBP.

SAVIANI, D. Pedagogia e Formação de Professores no Brasil: Vicissitudes dos dois últimos séculos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, V. 14, n. 40, p. 143-55, jan.-abr. 2009.

SILVA, C. S. B. da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SOARES M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura. In: *Educação e Sociedade*, dez. 2002, V. 23. n. 81, p. 141-60.

STEINLE, Marliete Cristina Bonafini *et at.* (Org.). *Literatura infanto-juvenil*. Londrina: Editora Distribuidora Educacional S.A , 2015. 192p.

TALAMINI, Jaqueline L. *O uso do livro didático de história nas séries iniciais do ensino fundamental: a relação dos professores com os conceitos presentes nos manuais*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.